



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso do Ato Administrativo praticado pela **Comissão Nacional de Eleições**, n.º 14/2020, em que é recorrente a **Cruz Vermelha de Cabo Verde**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 45/2020

(Cruz Vermelha de Cabo Verde v. CNE sobre requisição de instalações para funcionamento de assembleias de voto)

I. Relatório

1. A “**CRUZ VERMELHA DE CABO VERDE (CVCV)**, vem, perante” o Tribunal Constitucional, “nos termos dos artigos 20º, nº I, do Código Eleitoral (aprovado pela [L]ei nº 56/VII/2010, de 09 de março[)], conjugados com os artigos 14º al d), 109º, 118º e ss, da Lei de Organização [e] de Funcionamento do [T]ribunal Constitucional (Lei nº 55/VI/2005, de 28 de Fevereiro), INCO[N]FORMADA com a Deliberação nº 100 da CNE, vem (...) interpor o presente[...] **RECURSO CONTENCIOSO DE IMPUGNAÇÃO**”, aduzindo os seguintes fundamentos de facto e de direito, já que, no seu entender, “a matéria de facto foi erradamentefixada pela CNE, ao ter decidido pela falta de colaboração da Cruz Vermelha, quando[,] na verdade, houve a recusa fundada na natureza da instituição, que[,] como mais adiante veremos, deveria estar isenta, neutra e imparcial em qualquer ato eleitoral, [incorrendo?] assim, errada interpretação e aplicação do direito”.

1.1. No que concerne à matéria de facto diz que:

1.1.1. “A Deliberação põe em destaque uma suposta (mas falsa) violação do Dever Geral de Colaboração da Cruz Vermelha de CV para o processo eleitoral, marcado para o dia 25 de Outubro corrente, relevando para segundo plano a argumentação dos diversos órgãos, locais e nacionais”;

1.1.2. Isso porque [a] “CVCV nunca recusou qualquer colaboração, mas demonstrou a sua discordância com a utilização dos espaços da CVCV, sabendo que o

Estado e demais pessoas coletivas públicas, são titulares de demais espaços para esse fim”, razão pela qual “[a] CVCV apesar de não concordar com a deliberação da CNE, cumpriu a requisição, manifestando a sua discordância com essa interpretação”;

1.2. Aduz ainda o seguinte arrazoadado jurídico:

1.2.1. *“Entende a recorrente que [é] uma associação de utilidade pública, que prossegue fins altruístas e uma instituição integrada na figura das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa “especiais”, prosseguindo fins de interesse público, tarefas públicas”, sendo, especificamente, “[u]ma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, que desenvolve atividade apoiada pelo Estado, tendo em conta os seus Estatutos, age de acordo com o ideário do Movimento da Cruz Vermelha Internacional, submetida aos princípios da humanidade, da imparcialidade, da neutralidade, da independência, do voluntariado, da unidade e universalidade (n.º 2 do art.º 7 dos Estatutos, aprovados pelo Decreto nº 108/84, de 3 de novembro), está vinculada ao dever de neutralidade e imparcialidade durante o decurso do processo eleitoral”, princípios estes que visam “a manutenção do princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas, o que constitui uma concretização, em sede de direito eleitoral, do princípio geral da igualdade”;*

1.2.2. *“Assim, apesar de ter a perfeita consciência e conhecimento do dever de colaboração impost[o] pelo artigo 23º do Código Eleitoral, que impõe, a todos os cidadãos, partidos políticos, instituições e entidades públicas e privadas têm o dever de colaborar com a Comissão Nacional de Eleições função publica ou privada, não deixa de ser uma instituição que deve manter o distanciamento, não se enquadrando na lista das entidades vinculadas pelo artigo 23º do CE”, porque “[n]a verdade, da expressão “instituições e entidades públicas e privadas têm o dever de colaborar com a Comissão Nacional de Eleições que resulta do normativo legal citado, não pode resultar um dever ilimitado, irracional, sem qualquer critério objetivo, que fica exclusivamente dependente do critério adotado pela CNE, sem qualquer fundamentação objetiva que demonstre a imprescindibilidade da requisição [da]s instalações da Cruz Vermelha, instituição de carácter humanitári[o], em clara violação do artigo 139º do CE, que dá preferência às escolas ou sedes de câmaras municipais para o funcionamento das Assembleias de voto”;*

1.2.3. Em tal contexto, “[f]icar dependente da vontade da CNE seria uma grave violação dos princípios da proporcionalidade, legalidade e necessidade”, sendo que, adicionalmente, “[o]s deveres cívico-políticos, sujeitos[,] é certo [,] [à]s regras da universalidade, não podem s[o]b[re]por-se às regras do princípio da necessidade e proporcionalidade, e devem ser entendidos que, em princípio - contemplando exceções - vinculam, todos os cidadãos, não podendo a lei fazer diferenciações ou conceder isenções que não sejam materialmente fundadas”.

1.2.4. No seu entender, “[é] fundamental perceber que o Direito Eleitoral não pode abdicar de certos princípios, da imparcialidade e neutralidade, e nem pode forçar a intervenção no processo eleitoral de uma instituição de cariz humanitária”. Na medida em que “é entendimento recorrente, que não se deve interpretar o direito em tiras; não se interpretam textos normativos isoladamente, mas no seu todo, pelo que [se] impunha a CNE, dar cumprimento, também, às limitações impostas pelo próprio Código Eleitoral, respeitando a natureza jurídica da Cruz Vermelha, que, naturalmente, não pode ser comparad[a] com um cidadão, uma empresa pública ou privada”, pois “sendo a recorrente uma associação de utilidade pública, que integra na figura das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa “especiais”, pode perfeitamente ser perfilhado o entendimento de que, as suas instalações [...] inserem[-se] no grupo de edifícios “que não podem ser requisitado[s], já que, reza o n.º 3 do artigo 139º (local de funcionamento” que “em caso algum será requisitado ou arrendado edifício que seja propriedade de ou esteja a ser ocupado por...autoridades administrativas”, assim como, que sendo uma associação, não está vinculada ao Dever [G?]eral de Colaboração”, até porque “o texto do atual artigo 23º do CE, supriu as associações do grupo das entidades que estão vinculadas ao dever geral de colaboração!”. Por conseguinte, “entende que pela sua natureza de instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, submetida aos princípios da humanidade, da imparcialidade, da neutralidade, da independência, do voluntariado, da unidade e universalidade (n.º 2 do art.º 7 dos Estatutos), DEVERIA[M], OS SEUS ÓRGÃOS E INSTALAÇÕES, SER AFASTADOS DE TODO E QUALQUER PROCESSO ELEITORAL”.

1.2.5. Outrossim, diz que “a CNE [violou], o dever de neutralidade e imparcialidade a que todas a recorrente está obrigada durante o decurso do processo eleitoral”, “violou

o artigo 23º do CE, supriu as associações do grupo das entidades que estão vinculadas ao dever geral de colaboração - ao lhe dar uma interpretação extensiva abrangendo as associações (e a recorrente é uma associação de utilidade pública)”, e “violou o artigo 139º (local de funcionamento” que “em caso algum será requisitado ou arrendado edifício que seja propriedade de ou esteja a ser ocupado por...autoridades administrativas”, assim como, que sendo uma associação, não está vinculada ao Dever [G?]eral de Colaboração”, sequer fundamentando “a preferência dada a escolhas ou sedes de câmaras municipais e outras instituições do Estado, violando, assim, o disposto no n.º 1 do artigo 139º”.

1.3. Conclui que:

1.3.1. *“Não houve recusa da CVCV em ceder os seus espaços para a realização das eleições”;*

1.3.2. *“A interpretação no sentido de entender a CVCV como instituiç[ão] que deve ceder seus espaços para realização de eleições vai contra a sua natureza, violando os princípios de legalidade, necessidade, adequação e proporcionalidade, pelo que seria inconstitucional essa interpretação”;*

1.3.3. *“A CVCV está sujeita aos deveres de neutralidade, imparcialidade e humanidade, não devendo interferir de qualquer forma nos atos políticos e eleitorais”;*

1.3.4. *“A deliberação viola assim, a lei, pelo que é uma deliberação nula, ferida de violação de lei”;*

1.4. Por conseguinte, finaliza dizendo que *“[n]estes termos, e nos mais de direito, que V. Excia doutamente suprirá, deve a presente Ação ser julgada procedente, por provada, ser serem tidas em consideração as arguições, e em consequência”:*

1.4.1. *“ANULAR a deliberação da CNE por violação dos princípios da legalidade, neutralidade e imparcialidade da CVCV”;*

1.4.2. *“Declarar inconstitucional, que a interpretação prevista no artigo 23º do Código Eleitoral, significaria qualquer tipo de instituição sem limitações, com base nos princípios de proporcionalidade e necessidade, neutralidade, e imparcialidade, por violação desses princípios”;*

1.4.3. “*Para tanto requer a citação da entidade recorrida, Ministro da Administração Interna, juntar aos Autos, o processo disciplinar completo e para contestar no prazo legal, se desejarem faz[ê]-lo*”.

2. No Tribunal Constitucional conheceu a seguinte tramitação:

2.1. Deu entrada na secretaria no dia 28 de outubro de 2020.

2.2. No dia seguinte, às 17:15, promoveu-se a distribuição do processo por meio de sorteio, cabendo a relatoria ao JC Pina Delgado.

2.3. Este, um dia depois, emitiu um despacho determinando que se obtivesse elementos importantes para a boa apreciação da causa junto à Comissão Nacional de Eleições, o que foi parcialmente satisfeito no mesmo dia, e outro no sentido de se notificar a recorrente para apresentar o competente mandato forense e elementos de prova do que alega, do qual decorreu a entrega do primeiro instrumento e de outros elementos no dia 2 de novembro.

2.4. Entretanto, a 30 de outubro, o Presidente do Tribunal Constitucional JC Pinto Semedo já havia marcado sessão de julgamento do processo para o dia 2 de novembro pelas 17:00 por via eletrónica, tendo a mesma se realizado na data e hora fixados pelo duto despacho. Na mesma, depois da habitual introdução do JCP, intervieram pela ordem o JCR Pina Delgado, o JC Aristides R. Lima e o JCP Pinto Semedo.

3. Apurado o resultado da votação e consensualizados os fundamentos do acórdão, o JCR ficou incumbido de redigir um projeto de acórdão atualizado para efeitos de arbitragem e formatação cujo resultado se expõe a seguir.

II. Fundamentação

1. O objeto deste recurso eleitoral é a *Deliberação nº 100/Eleições Municipais/2020, de 21 de agosto*, adotada pela CNE, cuja discussão subjacente, segundo informações prestadas pela entidade recorrida, ainda não foi vertido para ata, porque “a reunião

referenciada teve lugar na semana no dia da votação, não tendo havido ainda nenhuma reunião com vista [à] aprovação da ata correspondente”.

2. Em si, a deliberação impugnada contém construção segundo a qual:

2.1. *“As instalações da Cruz Vermelha de Cabo Verde sempre foram disponibilizadas pelos presidentes ou dirigentes dos Concelhos Locais, certamente desde 1991, aos Delegados da Comissão Nacional de Eleições para instalação e reunião dos membros de mesa de voto. Através da nota N/Ref59/ SG/CVCV.2020, de 15 de outubro de 2020, o Secretário Geral da Cruz Vermelha de Cabo Verde, Salomão Sanches Furtado, comunicou à CNE, o seguinte “(...) em resposta aos pedidos que habitualmente se dirigem à Cruz Vermelha de Cabo Verde e seus Conselhos locais, no presente quadro político, pela Comissão Nacional de Eleições e/ou as respetivas delegações, fica determinada interdição de cedência de instalações e/ou equipamentos da Cruz Vermelha de Cabo Verde para fins eleitorais”. Os Delegados da CNE reportaram ainda desistência de funções de membros de mesa por parte de funcionários ou colaboradores da Cruz Vermelha indicados para o cargo, alegando terem recebidos instruções superiores nesse sentido, tendo sido feito essa mesma sugestão aos voluntários da Cruz Vermelha. Os edifícios da Cruz Vermelha nos círculos eleitorais da Praia, Santa Cruz, Fogo e Sal, como habitualmente, foram indicadas para receber reuniões das assembleias de voto nas Eleições Gerais dos Titulares dos Órgãos Municipais de 25 de outubro de 2020. A nota subscrita pelo Secretário Geral, Sr. Salomão Sanches Varela Furtado, determinando a interdição de cedência de instalação e/ou equipamentos da Cruz Vermelha de Cabo Verde para fins eleitorais, pelos presidentes dos Concelhos Locais, é datada de 15 de outubro de 2020”.*

2.2. Deste modo, **“Apreciando.** A Cruz Vermelha de Cabo Verde é uma instituição de socorros, dotada de personalidade jurídica voluntária e auxiliar dos poderes públicos, que se rege pelos princípios da neutralidade, imparcialidade e independência, nos termos dos artigos 1º, 2º, 7º nº 2, todos do Estatuto da Cruz Vermelha, aprovada pela Lei n.º 108/84, de 3 de novembro. Por seu turno, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) é o órgão superior da Administração Eleitoral cabo-verdiana, independente e que funciona junto à Assembleia Nacional, que se rege pelos princípios da isenção, neutralidade e imparcialidade. As assembleias de voto, integram a administração eleitoral e os membros

das mesas que as compõem são independentes, gozam de imunidade como garantia dessa independência e as suas decisões são recorríveis para o Tribunal Constitucional. Assim, resulta evidente que o funcionamento das assembleias de voto, determinadas pela CNE, nos edifícios ou instalações da Cruz Vermelha não colide com os princípios daquela instituição e, por conseguinte, não põem em causa a independência daquela instituição de cariz humanitário. Não foi alegado e não resulta demonstrado que a reunião de assembleias de voto nas instalações da Cruz Vermelha de Cabo Verde ocasiona danos ou perdas para esta instituição. A CNE, como habitualmente, depois das eleições assume todos os danos ocasionados, repondo os edifícios ocupados no estado que os recebeu. A diminuição de número de eleitores por mesa, enquanto medida de prevenção contra o contágio da COVID-19, aumentou o número de mesas de voto em todos os Municípios, debatendo[-se] a administração eleitoral com insuficiências de espaços públicos e privados que reúnam as condições exigíveis para funcionarem como assembleias de voto. Tendo em consideração que os locais de funcionamento das assembleias de voto já foram determinados e inseridos na Base de Dados das Operações Eleitorais e publicitados, alterar, neste momento, os locais de funcionamento das assembleias de voto ocasionaria transtornos na condução do processo e dificultaria aos eleitores localizarem as respetivas mesas, comprometendo irreversivelmente o exercício do voto”.

2.3. Assim, “[c]om base nos fundamentos supra, ao abrigo do disposto no artigo 10º, 18º, al. c) e 139º, todos do CE, a CNE delibera, por unanimidade dos membros, ouvidos os representantes dos partidos políticos presentes, nos seguintes termos: 1. Com vista à reunião das assembleias de voto no dia 25 de outubro de 2020, determina-se a **REQUISICÃO**, em todo o território nacional, de todos os edifícios e instalações da Cruz Vermelha aonde habitualmente, reúnem as assembleias de votos e, que já estejam determinados para esta finalidade nas eleições do próximo dia 25 de outubro. 2. Comunica-se ao Senhor Secretário Geral que a presente Requisição obriga a Cruz Vermelha, e em conformidade com o seu dever estatutário de auxiliar os poderes públicos cabo-verdianos, ao cumprimento do dever de colaboração previsto no artigo 230º do Código Eleitoral; 3. A desobediência à presente Requisição constitui crime de desobediência previsto e punível no artigo 356º, n.º 1 do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou multa de até 100 dias. 4. A CNE adverte expressamente aos funcionários, colaboradores ou dirigentes da Cruz Vermelha que qualquer medida com vista a impedir, com recurso a força, ameaça ou coação, o acesso dos Delegados da CNE e a reunião de

assembleias de voto no dia 25 de Outubro, nas instalações pertencentes à Cruz Vermelha de Cabo Verde consubstancia um impedimento à realização de eleições de titulares de cargos públicos previsto e punido no art. 313º do Código Penal como crime público, com pena de prisão de 5 a 15 anos. 5. O exercício da função de membro de mesa de voto nas eleições constitui exercício de um direito político, pelo que, o impedimento ao seu livre exercício constitui crime previsto e punível no artigo 318º do CP, pelo que se remete a presente Deliberação, bem como, a Comunicação da Cruz Vermelha com a referencia N/REF 59/SG/CVCV, 2020, de 15 de outubro, à Procuradoria da República junto à Comarca da Praia, com vista às averiguações e esclarecimentos que se impõem ao caso vertente. 6. Dar conhecimento [a] S. Exa., o Senhor Presidente da República, enquanto Presidente Honorário da Cruz Vermelha de Cabo Verde, por força do disposto no art. 3º do Estatuto da Cruz Vermelha, da presente Deliberação; 7. Dar igualmente conhecimento ao Procurador [...] Geral da República da presente Deliberação; 8. Comunicar aos Dirigentes Nacionais e aos Presidentes dos Conselhos Locais da Cruz Vermelha. 9. Solicitar colaboração da Polícia Nacional com vista a coadjuvar a CNE na concretização da presente Requisição, usando todos os meios legalmente admitidos para assegurar a reunião dos membros de mesas de votos nas instalações ou edifícios da Cruz [V]ermelha de Cabo Verde do dia 25 de outubro, em condições de segurança e sem perturbações”.

2.4. Em suma,

2.4.1. A deliberação da Comissão Nacional de Eleições impõe à Cruz Vermelha de Cabo Verde um dever de ceder instalações de sua propriedade para efeitos de funcionamento de assembleias de voto na medida em que requisita todos os edifícios dessa entidade;

2.4.2. Arrola para tanto quatro fundamentos essenciais:

A – As instalações da Cruz Vermelha de Cabo Verde sempre foram disponibilizadas para esse efeito pelos seus presidentes ou dirigentes dos conselhos locais pelo menos desde 1991;

B – O funcionamento da assembleia de voto não colide com os princípios ou põe em causa a independência da Cruz Vermelha de Cabo Verde;

C – A diminuição do número de eleitores por mesa, como medida de prevenção contra o contágio pelo SarsCov2 e o consequente aumento de mesas de voto, reduziu a disponibilidade de espaços públicos e privados que reúnam condições exigíveis para funcionarem como assembleia de voto;

D – Associado a isso, os espaços que a Comissão Nacional de Eleições contava utilizar já foram determinados, inseridos em bases de dados e publicitados, disso decorrendo que qualquer alteração desses locais causaria perturbações ao processo eleitoral, na medida que dificultaria a sua organização e o acesso dos eleitores às suas respetivas mesas de voto.

E informa, o que não é despiciendo, que a nota subscrita pelo secretário geral da recorrente a interditar a cedência de espaço data de 15 de outubro de 2020.

2.4.3. A requisição é acompanhada de advertências dirigidas à recorrente, seus dirigentes e colaboradores sobre os seus deveres e as consequências jurídicas de um eventual não-acatamento, remissão do processo para efeitos de averiguações sobre condutas já consumadas dos mesmos, bem como de determinações de informação a diversas entidades políticas, judiciárias e policiais externas.

3. É esta a deliberação que foi adotada pela CNE, na sequência de uma comunicação de 15 de outubro assinada pelo Secretário Geral da recorrente dirigida aos seus conselhos locais de que tomou conhecimento, e que foi construída no sentido de que “[a] *Cruz Vermelha de Cabo Verde, instituição humanitária de socorros e integrante do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (Movimento), rege-se pelos Princípios Fundamentais que exprimem os mais nobres valores e ideais da humanidade, reconhecidos pelo Estado cabo-verdiano, enquanto uma das altas partes signatárias das Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais. Em virtude da fidelidade a Princípios, a Cruz Vermelha de Cabo Verde se afirma como institucional humanitária autónoma, neutra e imparcial, atributos essenciais que lhe valeram o reconhecimento como auxiliar dos poderes públicos nacionais no domínio humanitário, particularmente dos serviços militares e de saúde, expressão clara da concordância de que deve-se conformar, em todas as suas atividades, com esses sagrados preceitos, em torno dos quais todos os seus voluntários se unem na árdua missão em prol da vida, do bem estar e da dignidade humana dos mais vulneráveis. Do exposto, ressalta com meridiana clareza a*

razão de uma acrescida exigência, às Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a cada um dos seus voluntários, de observância intransigente das tão relevantes ferramentas humanitárias e o dever de tudo fazerem para que sejam respeitadas e protegidas pelas entidades públicas e privadas nacionais. Nestes termos, [p]elas considerações acima e em resposta aos pedidos que habitualmente se dirigem à Cruz Vermelha de Cabo Verde e seus Conselhos Locais, no presente quadro político, pela Comissão Nacional de Eleições e/ou respectivas delegação, fica determinada a interdição de cedência de instalações e/ou equipamentos da Cruz Vermelha de Cabo Verde para fins eleitorais. Excetua-se, a prestação de auxílio em socorros e emergências, no dia das eleições, em articulação com as autoridades sanitárias, autoridades policiais e do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros”.

4. Conforme se extrai dos segmentos reproduzidos no relatório desta decisão, a inconformação do recorrente assenta-se no entendimento de que a Comissão Nacional de Eleições:

4.1. Operou em erro ao adotar deliberação partindo do princípio de que a recorrente se recusara a disponibilizar equipamentos físicos de sua propriedade para efeitos de utilização como assembleia eleitoral, quando, outrossim, ainda que sob reserva e manifestando a sua discordância, anuiu com a utilização dos edifícios requisitados para evitar causar prejuízos ao desenrolar do processo eleitoral;

4.2. Adotou a deliberação impugnada, desconsiderando a natureza da Cruz Vermelha de Cabo Verde e o facto de os seus estatutos lhe imporem deveres de neutralidade, independência e de imparcialidade – não podendo interferir de qualquer forma no processo eleitoral – e o dever de agir com base na proporcionalidade, na legalidade, na adequação e na necessidade ao interpretar os normativos aplicáveis. Isso porque a mesma submete-a a um dever de colaboração ilimitado, irracional e sem qualquer critério objetivo, sujeito a decisão arbitrária e não devidamente condicionada por deveres acrescidos de fundamentação, que não decorre da lei e num quadro em que sequer se dá ao trabalho de explorar outras alternativas julgadas pela lei como mais adequadas à instalação de locais de funcionamento de assembleias de voto,

5. A apreciação dessas alegações de facto e de direito só são possíveis, primeiro, se o Tribunal atestar que se encontram preenchidos os pressupostos gerais que lhe permitem exercer jurisdição sobre uma determinada situação, nomeadamente de legitimidade, de competência e de tempestividade, e se concomitantemente não existam razões juridicamente fundadas para não se pronunciar sobre o mérito da questão que suscita.

5.1. Quanto aos pressupostos gerais de admissibilidade, verifica-se que:

5.1.1. À luz das regras processuais aplicáveis, em tese, a Cruz Vermelha de Cabo Verde, a partir do momento em que se lhe dirige uma requisição a impor a cedência de instalações de sua propriedade para efeitos de montagem de assembleias eleitorais teria legitimidade para interpor recurso.

As normas aplicáveis da Lei do Tribunal Constitucional e do Código Eleitoral, respetivamente os artigos 120 e 20, não estabelecem critérios especiais de determinação de legitimidade processual ativa. Porém, a Constituição da República por força do artigo 245 e), de acordo com o qual *“o particular, diretamente ou por intermédio de associações ou organizações de defesa de interesses difusos a que pertença, tem, nos termos da lei, direito a (...) requerer e obter tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, nomeadamente através da impugnação de quaisquer atos administrativos que os lesem, independentemente da forma de que se revistam, de ações de reconhecimento judicial desses direitos e interesses, de pedido der adoção de medidas cautelares adequadas e de imposição judicial à Administração de prática de atos administrativos legalmente devidos”*.

Assim, por motivos evidentes, apesar de a lei poder conformar o exercício do direito de impugnação judicial de atos administrativos, não o pode simplesmente ignorar seja não prevendo essa possibilidade de forma direta ou por remissão, seja interpretando o regime aplicável nesse sentido. Até porque, em última instância, dada a sua natureza o direito constitucional seria diretamente aplicável ao caso concreto, cabendo ao Tribunal Constitucional desenhar o regime especial nesse sentido. Sendo a Cruz Vermelha de Cabo Verde um particular potencialmente lesado no seu direito à propriedade privada e eventualmente de outras garantias por um ato da administração eleitoral haveria que se

assegurar a efetivação da posição jurídica tendente a poder questionar tal conduta perante órgão judicial competente, neste caso o Tribunal Constitucional.

Seja como for, como o Tribunal tem entendido, em última instância, ao abrigo do artigo 75 da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, que é de se recorrer remissivamente ao Código de Processo Civil, como já se fez em outras ocasiões (v. *Acórdão 30/2020, PAICV v. CNE, sobre a proibição de distribuição de camisolas modelo T e de máscaras faciais de proteção respiratória individual*, Rel: JC Pina Delgado, ainda não-publicado, 4.1.1). Mais particularmente ao seu artigo 25 de acordo com o qual “1. O autor é parte legítima quando tem interesse direto em demandar; (...) 2. Na falta da indicação da lei em contrário, são considerados titulares de interesse relevante para o efeito da legitimidade, os sujeitos da relação material controvertida, tal como configurada pelo autor”. Não haverá dúvidas que, na medida que o interesse da recorrente em demandar é evidente, a Cruz Vermelha de Cabo Verde tem legitimidade para tanto.

5.1.2. Por motivos evidentes, o Tribunal é competente. A razão para isso é que o artigo 20 do Código Eleitoral estipula que “*das deliberações da Comissão Nacional de Eleições em matéria de processo eleitoral, que não sejam tomadas como assembleia de apuramento, cabe recurso contencioso, a interpor (...) para o Tribunal Constitucional*”, e a Lei do Tribunal Constitucional dispõe que “*o Tribunal Constitucional decidirá o recurso [de atos da administração eleitoral]*” (artigo 120 (4)). Ademais, a jurisprudência consolidada desta Corte que decorre do artigo 20 do Código Eleitoral vem entendendo isso a partir da decisão unânime adotada no processo *Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 21, de 11 de abril de 2018, pp. 505-530, onde se assentou entendimento de que “[a] jurisdição do Tribunal Constitucional em matéria eleitoral é plena e pode dizer-se que a Carta Magna consagra nessa matéria um princípio da unicidade da jurisdição em matéria eleitoral. O que não significa que, como princípio, não possa comportar exceções assentes em justificações suficientes para legitimar a privação do Tribunal Constitucional da sua jurisdição eleitoral e a justificar a atribuição pontual de competências nessa matéria a outros órgãos judiciais. 3.1.2. Na realidade, a opção do legislador constituinte estriba-se, primeiro, na natureza do Tribunal Constitucional enquanto órgão jurisdicional especial, com uma natural vocação para a

proteção da Constituição e dos seus pilares essenciais, os direitos fundamentais e a soberania popular, os quais, como teoriza Jürgen Habermas, se interpenetram numa relação de equiprimordialidade, na medida em que traduzem a essência do seu papel constitucional e uma atuação sistemática no sentido da apreciação de situações de violação objetiva à Constituição, de desconsideração de preceitos consagradores de direitos pelos poderes públicos ou de situações atentatórias à democracia. Com efeito, os tribunais constitucionais não são iguais a outros órgãos judiciais, daí a sua especialidade. Desempenham, com base na legislação aplicável, uma função política no sentido mais essencial da expressão, que, evidentemente, não tem nada a ver com qualquer dimensão político-partidária, mas com o facto de dizer respeito à estrutura e aos princípios básicos de uma polis, na sua aceção mais pura, o de uma comunidade política organizada e estruturada a partir de certos pilares, os quais comportam os valores que ela concebeu, adotou, nutre, projeta e defende. Estes valores, na forma como são espelhados na Constituição, são, na sua base, a ideia de que o indivíduo, enquanto pessoa humana, possui dignidade e direitos, que devem ser forçosamente reconhecidos pelo Estado, e de que, como cidadão da República e membro da Comunidade Política, lhe é garantida a possibilidade de participar da gestão da coisa pública. Por conseguinte, nada mais natural que um tribunal criado precisamente para exercer esta função receba do legislador constituinte poderes jurisdicionais nesse domínio. Segundo, há evidentes vantagens da concentração jurisdicional num único órgão que, além de estar habituado a fazer as operações jurídicas delicadas que marcam a apreciação de normas constitucionais ou para-constitucionais como são as eleitorais, poderá evitar a proliferação de sensibilidades e entendimentos a respeito de uma matéria que, pela sua natureza, exige alguma estabilidade, seja em momentos eleitorais, seja em momentos pré ou pós-eleitorais. Nesta conformidade, a remissão à lei que consta do texto constitucional, não pode ser considerada como uma autorização geral de conformação do regime pelo legislador ordinário. Outrossim, a opção pela concentração dessas competências no Tribunal Constitucional em detrimento de outros órgãos judiciais está feita. O que se remete à lei é a densificação do regime processual nas suas demais componentes, nomeadamente em termos de legitimidade processual, prazos, pressupostos e requisitos processuais, tramitação, etc. Portanto, sempre seria inconstitucional, se, sem razão aparente, não havendo qualquer sobreposição com matérias que pela sua natureza pertencem a outros órgãos judiciais, o legislador ordinário viesse a suprimir a jurisdição da Corte Constitucional, atribuindo-a a esses outros". Esta mesma orientação foi reiterada

subsequentemente pelo *Acórdão nº 31/2019, de 29 de agosto, BASTA v. CNE*, sobre recurso de aplicação de coima, incidente sobre a tramitação do julgamento no TC quanto à realização de audiência pública, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 110, de 29 de outubro de 2019, pp. 1789-1795, *Acórdão 39/2019, de 3 de dezembro, GIRB v. CNE*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 106-121, para. 2.1, *Acórdão 41/2019, de 17 de dezembro, Pedro Centeio v. CNE*, Rel: Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 131-136, 2.1, e, mais recentemente, pelo *Acórdão nº 29/2020, de 23 de julho, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE*, Rel: JC Aristides R. Lima, ainda não publicado, 1.2.

5.1.3. O recurso deu entrada na Comissão Nacional de Eleições no dia 27 de outubro de 2020. É verdade que a deliberação impugnada data de 21 de outubro, porém, a data que fixa o *dies a quo* decorrerá necessariamente do dia em que o recorrente tiver tomado conhecimento do ato lesivo, logo, conforme decorre de documento remetido pela CNE contendo assinatura aposta atestando receção da deliberação na Cruz Vermelha, a 23 de outubro do presente ano.

Ora, o artigo 20 do Código Eleitoral estabelece um prazo de três dias para a interposição de recurso de atos da CNE em matéria de processo eleitoral, regra esta que o Tribunal tem entendido prevalecer sobre o prazo fixado pela sua própria lei, de dois dias, na medida em que é mais favorável ao recorrente e mais hábil a concretizar o direito de acesso aos tribunais, como sustentou no *Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, para. 5, com a seguinte argumentação: “[o] Tribunal Constitucional já se havia pronunciado a respeito do prazo de recurso nesta esfera, considerando de se recorrer, não obstante o que se prevê na sua própria lei, em princípio aplicável enquanto lei especial, ao previsto pelo artigo 20º do Código Eleitoral de três dias, mais favorável ao recorrente. Isso atendendo à premissa que deve guiar tais considerações hermenêuticas de que se está a operar no âmbito de um sistema destinado a adotar a interpretação das normas processuais que mais favoreça o recorrente e que leva à adoção de sentidos que conduzam a decisões de mérito reconhecendo o devido efeito irradiador ao direito de acesso aos tribunais, uma norma de direito, liberdade e garantia”.

E, mais recentemente, *Acórdão nº 30/2020, de 11 de setembro, PAICV v. CNE, sobre a proibição de distribuição de camisolas modelo T e de máscaras faciais de proteção respiratória individual*, Rel: JC Pina Delgado, ainda não publicado, reproduziu-se o mesmo entendimento ao considerar-se que “[o] prazo para a interposição de recursos de deliberações da Comissão Nacional de Eleições é definido pelo número 2 do artigo 120 da Lei de Organização, Processo e Funcionamento do Tribunal Constitucional, segundo o qual “O prazo para a interposição do recurso é de dois dias, a contar da data do conhecimento pelo recorrente da deliberação em causa””. Contudo, na medida em que o Código Eleitoral estabelece um prazo de três dias e este é mais favorável ao direito ao recurso”; *Acórdão nº 31/2020, de 11 de setembro, PAICV v. CNE, sobre a competência da Comissão Nacional de Eleições para contratar temporariamente um corpo de colaboradores para apoio na fiscalização das eleições e da votação*, Rel: JC Aristides Lima, ainda não publicado, em que, recorrendo ao Acórdão 7/2018, sufragou-se entendimento de que “3. No que respeita ao pressuposto da tempestividade há que notar, antes de mais, que existe uma discrepância quanto ao prazo para a interposição do recurso em duas sedes da matéria. Enquanto o número 2 do artigo 120º da LTC dispõe que o prazo é de dois dias, o nº1 do artigo 20º do Código Eleitoral fixa esse prazo em três dias. Entretanto, o Tribunal Constitucional considerou que não obstante a Lei que regula a sua própria organização e funcionamento (LTC) ser lei especial, se deve preferir o disposto no nº 1 do artigo 20º do Código Eleitoral, por se tratar de uma disposição mais favorável ao recorrente”; e *Acórdão nº 44/2020, de 24 de outubro, PP v. CNE*, Rel: JCP Pinto Semedo, ainda não publicado, projetando argumentação segundo a qual “[c]onsiderando que tomou conhecimento dessa deliberação no dia 21 e no dia seguinte apresentou o recurso, este mostra-se tempestivamente apresentado, ou seja, dentro do prazo de três dias previsto no n.º 1 do artigo 20.º do CE e conforme o Acórdão n.º 30/2020, de 11 de setembro, o qual lidou com uma questão de prazo que tinha aspetos similares aos dos presentes autos”.

Ocorre que se se contar o prazo de três dias, que corre sem suspensões, na medida em que podem e devem ser interpostos em qualquer dia, nos termos dos termos do artigo 264 do Código Eleitoral, o recurso deveria ter dado entrada na CNE até ao dia 26 de outubro. Assim sendo, tendo sido protocolado somente a 27 desse mês seria notória a sua intempestividade.

Isso, não fosse o dever de o Tribunal aplicar, se possível e desde que ainda em tempo suscetível de permitir uma decisão útil à resolução do caso concreto – embora isso por motivos particulares não esteja assegurado no presente processo – uma orientação que já tinha tomado, consolidando jurisprudência desde a decisão que foi tirada no recurso interposto pela UCID contra a Assembleia de Apuramento Geral de São Vicente quando se deixou lavrado que “[n]o que concerne à oportunidade do recurso, relembre-se que nos termos do n.º 2 do artigo 243.º do Código Eleitoral, das deliberações da Assembleia de Apuramento Geral cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de vinte e quatro horas a contar do termo do apuramento da assembleia de apuramento geral. Esta concluiu o seu trabalho no dia 7 de setembro de 2016, pelas 19h00 e a cópia do Edital que se encontra junto aos autos tem a data de 7 de setembro, mas não regista o momento em que terá sido afixado. Certo é que o recurso deu entrada validamente neste Tribunal, no dia 8 de setembro de 2016, pelas 22:22, de acordo com os elementos de prova juntos aos autos e a argumentação expendida sobre a validade da entrada do primeiro documento que deu origem a este recurso constante da parte relativa a questões prévias. Assim sendo, e não obstante o atraso registado, o recurso deve ser admitido, ainda que o recorrente se sujeite ao pagamento de uma multa nos termos do n.º 4 do art.º 138.º do Código de Processo Civil. Com a mesma preocupação de se privilegiar o conhecido da matéria de fundo e a prolação de decisões de mérito sobre as que se debrucem simplesmente sobre questões mais formais, consagrou-se a possibilidade de praticar atos processuais para além do prazo, nos termos das disposições invocadas, mas sempre com as devidas adaptações” (Acórdão 21/2016, de 16 de setembro, UCID v. Assembleia de Apuramento Geral de São Vicente, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 59, 14 de outubro, pp. 1986-1991, 3), reiterando-se a posição no quadro dos autos decorrentes do recurso interposto pelo cabeça de lista do PAICV para a Câmara Municipal de São Vicente, Alcides Graça contra a Assembleia de Apuramento Geral de São Vicente, quando se expressou no sentido de que “[a] cresce que o Tribunal Constitucional já considerou que, em matéria de contencioso de apuramento geral, é também aplicável o número 4 do artigo 138 do Código de Processo Civil com o pronunciamento de que “Conclui-se que, apesar do atraso, o recurso pode ser admitido, ainda que o recorrente se sujeite ao pagamento de uma multa nos termos do número 4 do artigo 138 do CPC. Com a mesma preocupação de se privilegiar o conhecimento da matéria de fundo e a prolação de decisões de mérito sobre as quais se debrucem simplesmente sobre questões mais formais, consagrou-se a possibilidade de praticar atos processuais para além do prazo, nos termos das disposições invocadas, mas

sempre com as devidas adaptações” (Acórdão nº 21/2016, de 16 de setembro, UCID v. AAG-SV, Rel: JP Pinto Semedo, p.11). Já havia salientado em tempos o JC Raúl Varela que “na dúvida sempre se entendeu que é adotar a solução que facilita a apreciação do recurso” (Declaração de Voto Vencido proferida nos Autos de Recurso Contencioso Eleitoral nº 12/2004), uma posição que também já tinha sido adotada por outros magistrados, nomeadamente pelo saudoso JC Eduardo Rodrigues que, também em voto vencido, salientou que “há que se dar a interpretação a mais abrangente possível no que tange ao acesso de interessados à justiça”(Voto vencido proferido nos Autos de Contencioso Eleitoral nº 06/2000, PAICV v. AAG-Tarrafal, Anexo, p. 15)” (Acórdão 22/2016, de 16 de setembro, Alcides Graça v. Assembleia de Apuramento Geral de São Vicente, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 59, 14 de outubro, pp. 1994-2007, 2.1.4).

E ainda recentemente retomou o mesmo entendimento quando asseverou por meio do Acórdão 35/2020, de 26 de setembro, António Bartolomeu Rocha Fernandes (Mandatário das Listas Apresentadas pela UCID às Eleições Municipais de 2020) v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul, sobre inelegibilidade de candidato que tem contrato administrativo com a Câmara Municipal), Rel: JC Pina Delgado, não-publicado, mas disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/principais-decisoes-2020/>, que “[e]m relação à tempestividade deste recurso note-se que o recurso deu entrada na Secretaria do Tribunal do Paul no dia 23 às 14:00, tendo as listas sido afixadas a 21 de setembro (sem identificação da hora). Considerando que o já citado artigo 353 estabelece que “cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão”, problemas de tempestividade não se colocam. Até porque considerar-se-ia o prazo que mais beneficiasse o recorrente e a possibilidade já reconhecida por este Tribunal de se poder recorrer no dia seguinte ao termo do prazo por aplicação remissiva do Código de Processo Civil” (2.3), acolhendo a mesma tese em *Braz Cruz Gabriel (Mandatário das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020 em São Lourenço dos Órgãos) v. Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz*, sobre inelegibilidade de candidato por não reposição aos cofres municipais de quantia determinada por Acórdão condenatório do Tribunal de Contas, Rel: JC Pina Delgado, ainda não-publicado, 5.3.5.

Se é assim em relação a recursos eleitorais que decorrem em período próximo à realização do sufrágio, nas situações em que o Tribunal tem um pouco mais de tempo para tirar uma decisão sem afetar o normal desenrolar do processo da realização das eleições, mais se justifica essa interpretação mais favorável ao direito de acesso aos tribunais, doutrina já aplicada no quadro dos processos que deu origem ao *Acórdão 30/2020, PAICV v. CNE, sobre a proibição de distribuição de camisolas modelo T e de máscaras faciais de proteção respiratória individual*, Rel: JC Pina Delgado, ainda não-publicado, 4.3.2. E mais ainda nas situações em que se esteja fora do período eleitoral, pois este Tribunal já havia sustentado por meio do *Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, que “*mesmo que o recurso tivesse dado entrada fora deste prazo, caso fosse o determinado – e não é – ainda assim, perante a ausência de qualquer indicação taxativa e específica na Lei do Tribunal Constitucional sobre o prazo de recurso que interposto em momento e sobre questão que não exige que se imprima – em razão de notório interesse público – especial celeridade ao processo eleitoral, ainda seria – dada à especial natureza do processo constitucional - de se o admitir caso tivesse dado entrada em prazo razoável, ainda que depois dos três dias decorrentes da aplicação do preceito do Código Eleitoral*” (para. 5). Naturalmente, este recurso só se enquadra nesta orientação do Tribunal porque foi interposto anormalmente pela recorrente, pois reportando a questão que se inseria em momento tipicamente eleitoral, na medida em que se refere à realização do sufrágio propriamente dita, foi interposta em período pós-eleitoral.

Por conseguinte, em respeito ao prazo de recurso, admite-se, por aplicação remissiva do artigo 138 do Código de Processo Civil, impugnações impetradas no dia seguinte ao termo final do prazo nas situações em que isso não impossibilite uma decisão em tempo útil por parte do Tribunal. Embora dúvidas sobre a utilidade deste recurso se coloquem, motivando a discussão que se promove no segmento final desta decisão, o facto é que a sua interposição anómala, na medida em que dá entrada depois da consumação do ato administrativo que se pretende combater, pelo menos a esse nível não coloca qualquer pressão decisória ao Tribunal Constitucional. Assim sendo, *in extremis*, considera-se que o tempo da sua interposição não obsta ao conhecimento do recurso.

6. Em conclusão, é entendimento do Tribunal Constitucional que as condições de admissibilidade estão preenchidas, o que permitiria, em situações normais, que este Tribunal apreciasse no mérito um conjunto de questões que decorrem do pedido formulado pela recorrente.

6.1. Não evidentemente tendente a declaração de inconstitucionalidade normativa, que não cabe a esta instituição judicial fazer, uma vez que, no quadro da forma processual subjacente, atua como mero órgão eleitoral recursal e não com a autoridade derivada do exercício de jurisdição constitucional. Mas singelamente uma análise de legalidade que, eventualmente, poderá projetar discussão de constitucionalidade caso se coloque situação de aplicação de norma inconstitucional. Portanto, somente para efeitos de análise de possível desaplicação da norma ao caso concreto e nunca com os efeitos *erga omnes* associados à declaração de inconstitucionalidade, como, de resto, decorre da jurisprudência assentada nesta matéria através do Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, *Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, “6. *Perante os fundamentos que são alegados pelo recorrente, também urge responder a uma outra questão preliminar: a de se saber se, com este recurso, o recorrente requereu a este tribunal que procedesse a fiscalização concreta da constitucionalidade, o que, naturalmente, determinaria a conclusão de ter havido utilização de forma incorreta na interposição do recurso, além de colocar questões de se saber se se havia esgotado, como determina a lei, os recursos ordinários disponíveis, como este.* 6.1. *A este respeito, é bem verdade que, em abstrato, não é descabido considerar-se esta possibilidade, atendendo que a tese jurídica que percorre o recurso não se assenta no pressuposto de que o ato administrativo impugnado violou uma norma legal, mas, antes, que tal suporte não está conforme com a Constituição da República de acordo com fundamentos que desenvolve e que o Tribunal terá a oportunidade de lidar ao longo deste acórdão.* 6.2. *Mas, não parece que o recorrente tenha requerido uma fiscalização concreta da constitucionalidade, mas simplesmente a desaplicação de uma norma que ele julga inconstitucional e que foi aplicada por um órgão administrativo para lhe negar um direito que julga ter.* 6.3. *O Tribunal, a intervir, não o faria enquanto jurisdição constitucional, mas como órgão recursal em matéria eleitoral, com o potencial desfecho a ser não a declaração de inconstitucionalidade, mas a anulação do ato administrativo em causa, ainda que mediado por desaplicação de norma inconstitucional. A razão é que se ancoraria em norma legal,*

o artigo 390 do Código Eleitoral, o qual, por si, não dá margem a outra interpretação além daquela segundo a qual o recorrente não teria direito à subvenção prevista. Ainda que esteja vinculada pelas normas de direitos, liberdades e garantias, conforme artigo 18, e deva respeito na sua atuação à Constituição, nos termos do número 1 do artigo 240, a Comissão Nacional de Eleições, enquanto órgão da administração, ainda que especial, a menos que esteja perante uma inconstitucionalidade evidente que ponha em cheque valores constitucionais supremos – por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana – ou, alternativamente, face a situações igualmente evidentes em que não há tempo para suscitar, de modo útil, tal incidente perante órgãos especialmente vocacionados para o efeito, ou em contexto no qual já exista uma decisão do Tribunal Constitucional – como esta para o futuro – deverá guiar-se primacialmente pela lei. Havendo alguma dúvida constitucional, como aconteceu neste caso em que o requerente tem legitimidade recursal para aceder a órgão judiciário, este poderá colocar a questão de possível não aplicação de norma legal em razão de inconstitucionalidade, sem prejuízo de, suspeitando de tal efeito, o próprio órgão administrativo poder promover junto a entidade constitucionalmente habilitada a possibilidade de se pedir a fiscalização da constitucionalidade de tal norma. 6.4. Diferentemente, é o caso deste Tribunal que, como qualquer outro, é obrigado, em princípio, a conhecer qualquer questão de constitucionalidade que lhe seja colocada mesmo quando atua como mera jurisdição eleitoral e até ex-officio deixar de aplicar tais normas em casos concretos, pois, como estabelece o número 3 do artigo 211 da Lei Fundamental, “os tribunais não podem aplicar normas contrárias à Constituição ou aos princípios nela consignados”. Portanto, é nessa qualidade que o vai fazer, isto é, como órgão judicial de topo da jurisdição eleitoral, significando, ademais, que a sua atuação potencial será de mera avaliação de inconstitucionalidade de norma para propósitos de desaplicação, o que sempre afasta a possibilidade de emergirem efeitos erga omnes que decorreriam se se estivesse no quadro de um processo de fiscalização da constitucionalidade”.

6.2. Da análise dos autos identifica-se duas relevantes questões de fundo que, não obstante poderem ser articuladas entre si, deverão ser apreciadas autonomamente.

6.2.1. A primeira discussão parte da alegação da própria recorrente que conduz a uma análise jurídica que, aparentemente, tem no seu bojo, em simultâneo, questões de direito interno e de Direito Internacional, pois parece sustentar que haveria uma

incompatibilidade natural entre a natureza e os princípios que a Cruz Vermelha de Cabo Verde está vinculada e o envolvimento desta entidade em qualquer processo político-eleitoral.

Impõe, assim, análise do regime jurídico da Cruz Vermelha de Cabo Verde, uma associação de direito privado cabo-verdiano de utilidade pública, auxiliar, nos termos dos seus Estatutos (aprovados pelo Decreto-Lei n. 108/84, de 2 de novembro, *Boletim Oficial*, n. 44, 3 de novembro, pp. 653-658), dos poderes públicos, em “*particular, dos serviços militares de saúde*” (artigo 1º). Mas, uma que integra um Movimento ainda maior composto pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e por centenas de sociedades nacionais (*Statut du Mouvement International de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge*, artigo 1(1) in: *Manuel du Mouvement de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge*, 14. ed., Genève, CICR, 2011, p. 537 e ss), entidades com natureza jurídica distinta, nalguns casos com um estatuto análogo a uma organização internacional (Els Debuf, “Tools to do the Job: The IRRC’s Legal Status, Privileges and Immunities”, *International Review of the Red Cross*, v. 97, n. 897-898, 2016, pp. 319-344).

Em última instância estão ligadas às sociedades internacionais de socorros (*Société internationale de secours*) e às sociedades de socorro para os feridos (*Sociétés de secours pour les blessés*) idealizadas por Henry Dunant em 1862 (v. *Un Souvenir de Solferino*, Genève, CICR, s.d., p. 119 e ss) e desenvolvidas e estruturadas durante todo o século XX até à atualidade (*Histoire du Comité International de la Croix-Rouge*, Paris/Genève, Plon/CIRC, 1965-2016, 5 v.), que partilham uma finalidade comum exposta desde os primórdios pelo seu principal promotor de “(...) numa época em que escutamos falar tanto de progresso e civilização, uma vez que infelizmente não podemos sempre evitar as guerras, não seria uma questão de urgência apoiar, dentro de um espírito humano e verdadeiramente civilizado, a tentativa de evitar, ou pelo menos aliviar, os horrores da guerra?” (v. Henri Dunant, *Uma Lembrança de Solferino*, trad. portuguesa, Genève, CICR, 2016, p. 126), e ancoradas em pilares comuns de funcionamento que remetem para os princípios que, mais tarde, adotou, os quais, por serem elementos de agregação, são considerados imprescindíveis para a realização do revolucionário projeto. Como disse Jean Pictet, *The Fundamental Principles of the Red Cross. Commentary*, Genève, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 1979, p. 6, “a doutrina da Cruz

Vermelha é, assim – conjuntamente, mas mais importante ainda que os Estatutos da Cruz Vermelha Internacional – a ligação real entre essas Sociedades, a argamassa que agrega as pedras para delas fazer um edifício sólido e bem estruturada. É essa doutrina que estabelece a unidade e a universalidade da estrutura, que, de facto, faz da Cruz Vermelha uma realidade. Sem esses princípios, a Cruz Vermelha simplesmente não existiria/The doctrine of the Red Cross therefore – along with, but more important than, the Statutes of the International Red Cross – is the real link between these Societies, the cement which holds the stones together to make of them a solid and well built edifice. It is this doctrine which creates the unity and the universality of the structure, which, indeed, makes the Red Cross a reality. Without principles, the Red Cross would simply not exist”.

Entre os princípios acolhidos pelo Movimento através de diversos instrumentos estão os invocados da imparcialidade, da neutralidade e da independência (v. *Statut du Mouvement International de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge*, Preamble), considerados por autorizado comentário como princípios instrumentais (Jean Pictet, *The Fundamental Principles of the Red Cross. Commentary*, pp. 8-9). Naturalmente, uma sociedade nacional como é a Cruz Vermelha de Cabo Verde estaria, do ponto de vista das suas relações com o Movimento Internacional, obrigada a manter-se adstrita à sua obediência, na perspectiva da manutenção do reconhecimento de que goza desde 1985, até porque foi um critério da sua admissão nos termos do número 10 do artigo 4º dos Estatutos do Movimento Internacional e poderá conduzir à perda desse estatuto (v. Christophe Lanord, “The Legal Status of National Red Cross and Red Crescent Societies”, *International Review of the Red Cross*, n. 840, 2000).

No caso concreto, houve alegação de um ilegalmente imposto dever de colaboração com o processo eleitoral por meio da imposição de cedência das suas instalações para efeitos de funcionamento de assembleia eleitoral. Destarte, o que parece estar em causa seria eventual desconformidade com o princípio da neutralidade, na medida em que é conceituado através da ideia de a “*Cruz Vermelha, a fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de jamais tomar parte em hostilidades bem como em controvérsias de ordem política, racial, religiosa e filosófica*”, o princípio da independência, de acordo com o qual “[a] *Cruz Vermelha é independente. As Sociedades Nacionais, auxiliares dos poderes públicos nas suas atividades humanitárias, e submetidas às leis dos países respetivos, devem, entretanto, conservar a sua autonomia que lhes permita agir sempre segundos os*

princípios da Cruz Vermelha”, e, eventualmente, o da imparcialidade formulado a partir da construção de que “[a] Cruz Vermelha não distingue nacionalidades, raças, religiões, condições sociais e credos políticos. Empenha-se, exclusivamente, em socorrer os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e a aliviar em primeiro lugar, as necessidades mais urgentes”.

Sendo certo que a razão de ser do Movimento Internacional da Cruz Vermelha está umbilicalmente ligada ao que se denomina de Direito Internacional Humanitário, também designado de Direitos dos Conflitos Armados, do que decorre uma intervenção primária das sociedades nacionais em situações de conflito armado internacional ou não-internacional reguladas pelas Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 1977 de que Cabo Verde faz parte e que foram incorporados ao ordenamento jurídico interno por meio do Decreto 34/84, de 12 de abril, publicada no *Boletim Oficial*, n. 14, Sup., 12 de abril de 1984, pp. 1-67, e da Resolução nº 52/IV/93, de 31 de dezembro, publicada no *Boletim Oficial*, I Série, n. 49, Sup., 31 de dezembro de 1993, pp. 1-63, o facto é que isso não esgota o espectro de atuação das sociedades nacionais da Cruz Vermelha.

Nesta conformidade o artigo 3º dos Estatutos do Movimento Internacional dispõe que elas *“articulam-se com os poderes públicos na prevenção de doenças, no desenvolvimento da saúde e na luta contra o sofrimento humano através dos seus próprios programas em benefício da comunidade em domínios como a educação, a saúde e o bem-estar social. Em ligação com os poderes públicos, organizam os socorros de urgência e outras ajudas às vítimas de conflitos armados, nos termos das Convenções de Genebra, bem assim como às vítimas de catástrofes naturais e de outros casos de urgência carecidos da sua assistência/concourent avec les pouvoirs publics à la prévention des maladies, au développement de la santé et à la lutte contre la souffrance humaine par leurs propres programmes en faveur de la communauté dans des domaines comme l’éducation, la santé et le bien-être social. En liaison avec les pouvoirs publics, elles organisent les secours d’urgence et autres aides aux victimes des conflits armés, conformément aux Conventions de Genève, ainsi qu’aux victimes de catastrophes naturelles et d’autres cas d’urgence nécessitant leur assistance”.*

No caso concreto de Cabo Verde, isso fica claro se se analisar os seus Estatutos, na medida em que, por um lado, esta é definida, é verdade, em função dessa atribuição principal, considerando-se que se dispõe na alínea a) do seu artigo 4º que “*compete à Cruz Vermelha de Cabo Verde, designadamente, a) agir em caso de conflito armado, a favor das vítimas de guerra, quer seja, civis ou militares e preparar-se durante o tempo de paz como auxiliar dos serviços públicos, nos domínios previstos pelas Convenções de Genebra*”, mas, do outro, também faz parte das suas atribuições “*[c]ontribuir para a melhoria da saúde, para a prevenção de doenças e para alívio do sofrimento, através de programas de formação e de ajudas à coletividade, os quais serão adaptados às necessidades e condições locais*” e “[o]rganizar no quadro de um plano nacional em vigor, serviços de socorros, de urgências a favor das vítimas de desastres, qualquer que seja a sua natureza (...)”.

Disso decorrendo que, do ponto de vista dos instrumentos do Movimento e dos seus Estatutos, mantém-se um interesse em conduzir qualquer das suas intervenções com base nos seus princípios fundamentais, mesmo quando não se esteja numa situação de conflito armado internacional ou não-internacional (vide Amelia Kyazze, “Walking the Walk: Evidences of Principles in Action from Red Cross and Red Crescent National Societies”, *International Review of the Red Cross*, v. 97, n. 897-898, pp. 211-233,). Apesar de Cabo Verde não estar vinculado internacionalmente aos instrumentos adotados pelo sistema da Cruz Vermelha que fixam esses princípios, não deixa de estar obrigado ao cumprimento das suas manifestações em tratados que vinculam a República, nomeadamente pelas disposições das Convenções de Genebra e dos Protocolos Adicionais a que voluntariamente se vinculou. E alguns destes instrumentos remetem a entidades associadas ao Movimento da Cruz Vermelha, não só ao do Comité Internacional, mas também às sociedades nacionais.

Neste sentido, a *Convenção nº 1 para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Doentes em Exércitos em Campanha*, nos artigos 26 e 24 relativos à proteção do seu pessoal e da utilização dos símbolos em períodos de conflito armado e de paz; a *Convenção n. 2 para a Melhoria da Sorte dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar no tocante à proteção de navios-hospitais de sociedades de socorros* (artigo 24); a *Convenção nº 3 relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra*, e a *Convenção nº 4 Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra*, que, nos seus artigos 125 e 142, concernentes ao

acesso para efeitos de cuidados a prisioneiros de guerra e a pessoas protegidas respetivamente.

E, pelo menos, em dois casos se associa atividades específicas das sociedades nacionais aos princípios fundamentais. Primeiro, quando, no artigo 63 da Convenção nº 4 estipula-se que “[s]ob reserva das medidas temporárias que vierem a ser impostas a título excepcional por imperiosas considerações de segurança da Potência ocupante: a) As sociedades nacionais da Cruz Vermelha (do Crescente Vermelho, do Leão e Sol Vermelhos) reconhecidas poderão prosseguir as suas actividades em conformidade com os princípios da Cruz Vermelha, como estão definidos nas Conferências internacionais da Cruz Vermelha. As outras sociedades de socorro deverão poder continuar as suas actividades humanitárias em idênticas condições; (...)”. É verdade que, além do quadro limitado em que se aplica, a finalidade da disposição não é da reconhecer os princípios da Cruz Vermelha, mas, antes, é uma garantia ao próprio Estado de que as sociedades nacionais atuarão de acordo com os seus princípios, não tomando partido em questões militares e políticas (v. Jean Pictet (dir.), *La Convention de Genève Relative a la Protection des Personnes Civiles en Temps de Guerre*, Genève, CICR, 1956, pp. 354-359), porém, não deixa de dela resultar que o Estado também não pode se conduzir ativamente de tal forma a levar com que a sociedade nacional as descumpra.

No outro, o artigo 81, parágrafos 2 a 4 do Protocolo I às Convenções de Genebra sobre Conflitos Armados Internacionais estipula-se em particular sobre os princípios fundamentais do Movimento, que “- As Partes no conflito concederão às organizações respectivas da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho) as facilidades necessárias ao exercício das suas actividades humanitárias a favor das vítimas do conflito, em conformidade com as disposições das Convenções e do presente Protocolo e com os princípios fundamentais da Cruz Vermelha, formulados pelas Conferências Internacionais da Cruz Vermelha. - As Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito facilitarão, na medida do possível, a ajuda que as organizações da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho) e a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha levarão às vítimas dos conflitos, em conformidade com as disposições das Convenções e do presente Protocolo e com os princípios fundamentais da Cruz Vermelha, formulados pelas Conferências Internacionais da Cruz Vermelha. - As Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito concederão, tanto quanto possível, facilidades semelhantes às mencionadas nos n.os 2 e 3 às outras

organizações humanitárias mencionadas pelas Convenções e pelo presente Protocolo, que estejam devidamente autorizadas pelas Partes no conflito interessadas e que exerçam as suas actividades humanitárias em conformidade com as disposições das Convenções e do presente Protocolo”. Ainda que o fulcro da disposição se destine a regular as relações entre as sociedades nacionais, que são convidadas a respeitar os princípios, e o Movimento Internacional na perspectiva de se assegurar os Estados-Parte da isenção da sua conduta como têm entendido autorizados comentários a esse instrumento jurídico (v. Claude Pillord & Jean Pictet, “Protocole I – Article 81” in: Yvez Sandoz; Christophe Swinarski & Bruno Zimmermann (orgs.), *Commentaire des Procotoles Aditionnells du 8 Juin 1977 aux Conventions de Genève du 12 aout 1949*, Genève, CICR, 1986, pp. 959-969), não é de se deixar de considerar que também produz refrações que abarcam as relações entre o Estado signatário e a sociedade nacional, na medida em que esse não poderá colocar esta última entidade numa posição que poderá violar esses princípios fundamentais.

Poderá haver alguma dúvida a respeito da existência de uma norma costumeira de acordo com a qual um Estado não pode colocar, pelo menos em situações de conflito armado, uma sociedade nacional da Cruz Vermelha em situação que a leve a violar certos princípios fundamentais, nomeadamente o da imparcialidade – que, de resto, não é arrolada no célebre estudo patrocinado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha de autoria de Jean-Marie Henckaerts & Louise Dolwald-Beck, *Customary International Humanitarian Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, v. I (Rules), resumizado em Jean-Marie Henckaerts, “Study on Customary International Humanitarian Law: A Contribution to the Understanding and Respect for the Rule of Law in Armed Conflict”, *International Review of the Red Cross*, v. 87, n. 857, 2005, pp. 175-212, como tendo carácter consuetudinário internacional –, contudo, do ponto de vista de Cabo Verde, pelo menos nos limites do imposto pelas disposições das Convenções de Genebra e dos Protocolos Adicionais que vinculam Cabo Verde e são direito interno por força do número 2 do artigo 12 da Constituição da República, e da liberdade de auto-organização e auto-regulação que uma entidade associativa como a Cruz Vermelha de Cabo Verde pode usufruir à luz do Direito pátrio, o Estado tem o dever de as reconhecer como diretrizes que guiam a ação dessa entidade.

Com este pano de fundo em mente, a primeira questão a apreciar e responder dependeria de uma discussão a respeito da natureza jurídica e dos princípios da Cruz

Vermelha de Cabo Verde. Isso na perspectiva de se saber se tais diretrizes adotadas internacionalmente pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e que foram vertidas para os Estatutos da Cruz Vermelha de Cabo Verde impondo um dever de neutralidade, de independência e de imparcialidade, seriam incompatíveis com a cedência das suas instalações e equipamentos para efeitos de funcionamento de assembleias eleitorais, por isso obstando a que o Estado de Cabo Verde lhes impusesse tais condutas por meio de leis eleitorais. Isso num cenário de realização corriqueira de sufrágios neste país e sem que exista qualquer contestação política em relação aos mesmos ou sequer contexto marcado por tensões políticas que podem descambar em perturbações da ordem interna e muito menos em conflito armado.

6.2.2. A segunda questão que resulta dos elementos autuados materializa-se a partir de um desdobramento mais puramente interno que remete para questões jurídico-eleitorais e, em última instância, jurídico-constitucionais. A razão para este segundo inquérito decorre, primeiro, da interpretação do normativo que sustenta a deliberação impugnada, isto é, o artigo 139 do Código Eleitoral, de acordo com o qual *“1. As assembleias de voto reúnem-se em edifícios públicos, de preferência escolas, ou sedes de câmaras municipais que ofereçam as indispensáveis condições de espaço, segurança e acesso. 2. Na falta de edifício público adequado recorre-se a um edifício particular, requisitado ou arrendado para o efeito. 3. Em caso algum será requisitado ou arrendado edifício que seja propriedade de ou esteja a ser ocupado por instituições partidárias, religiosas, candidatos, mandatários, membros das assembleias de voto, dirigentes ou delegados de partidos ou candidaturas, autoridades administrativas, agentes policiais ou militares ou ainda pessoa ou entidade que seja notoriamente conotada com qualquer das candidaturas”*.

Na medida em que pode incidir sobre a propriedade privada, não suscitaria dúvidas que o número dois tem natureza restritiva, pois permite à Comissão Nacional de Eleições, na ausência de edifício público adequado, desde que não esteja abarcado pelas exceções do número três, recorrer a instalações particulares de forma unilateral, requisitando-as para esse fim. O que também, em razão da construção da deliberação, levaria a discutir o argumento da recorrente sobre os destinatários do dever de geral de colaboração previsto pelo artigo 23 do Código Eleitoral, outra norma de teor restritivo já que impõe deveres especiais a titulares de direitos, nomeadamente cidadãos, partidos políticos e entidades privadas, considerando que dispõe que *“os cidadãos, partidos políticos e entidades públicas ou privadas têm o dever de colaborar com a Comissão Nacional de Eleições”*.

Com tal formulação, na sua opinião, não se aplicaria a associações com a natureza da Cruz Vermelha de Cabo Verde.

6.2.3. Contudo, estas questões não podem ser analisadas de forma abstrata, mas, de acordo com as características de uma situação concreta, porque também se colocaria o problema de se saber se, mesmo na hipótese de a natureza e os princípios fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha não permitirem a cedência dos seus espaços para essa finalidade eleitoral específica ou de a Comissão Nacional de Eleições não pode impor-lhe, à luz do direito interno aplicável, um dever de colaboração, requisitar excecionalmente as suas instalações físicas. Isso considerando os elementos que marcam o caso concreto, na medida em que ainda seria de se discutir se esse órgão superior da administração eleitoral poderia neste caso específico, em razão de haver uma prática de o fazer em eleições anteriores sem qualquer oposição por parte da Cruz Vermelha, de que a posição desta entidade foi por ela conhecido num momento próximo da realização do sufrágio em moldes que dificultavam uma reorganização do processo eleitoral e a busca por espaços alternativos, sobretudo por se tratar de eleições realizadas em cenário de pandemia e de circulação comunitária do SarsCov 2 que causa a doença Covid19. Elemento cuja relevância já tinha sido atestada por este Tribunal quando considerou recentemente que “[p]or um lado, não é desconhecido por praticamente ninguém que o mundo confronta-se desde o primeiro trimestre deste ano com a pandemia causada pelo vírus SARSCoV2 que causa a doença COVID 19, pois tendo começado na República Popular da China espalhou-se por todo o Mundo (Pavel Skums et al., “Global transmission network of SARS-CoV-2: from outbreak to pandemic”, MedRxiv Pre-Prints, 2020). Já há mais de trinta milhões de contágios confirmados, estimando-se ainda haver um número indefinido de contaminações não detetadas. Fez perto de um milhão de vítimas mortais em todo o Globo (ver o influente mapa da John Hopkins University em <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>), e ainda não se descobriu qualquer meio de prevenir a contaminação ou a sua progressão no corpo humano e tampouco existem terapias universalmente eficazes que impeçam a sua evolução para situações graves ou para reverter quadros críticos. De muito fácil transmissão, nomeadamente através de contactos respiratórios inter-pessoais diretos, de superfícies contaminadas e até da aspiração de aerossóis e micropartículas suspensas no ar em espaços fechados e sem ventilação adequada (vide, por todos, Muhammad Adnan Shereen et al, “COVID-19 infection: Origin, transmission, and characteristics of humancoronaviruses”, Journal of

Advanced Research, v. 24, 2020, pp. 91-98, e Nick Wilson et al., “Airborne transmission of covid-19”, *British Medical Journal*, v. 370. 2020, pp. 1-2), particularmente porque aparentemente é transmitida por pessoas assintomáticas, pré-sintomáticas ou com sintomas leves, o que significa que poderão não saber da sua condição e que as outras ficam sem sinais visíveis para adotarem um comportamento mais auto-protetor. B – Tendo atingido praticamente todos os países do Globo também aflige o Arquipélago de Cabo Verde desde 18 de março de 2020 quando se identificou o primeiro caso na Ilha da Boa Vista. De uma incidência baixa de casos durante todo o período em que vigeu o estado de emergência, com o desconfinamento os números têm aumentado gradualmente nos últimos meses, conforme se depreende dos dados colhidos da página web covid19.cv para a qual a Direção Nacional de Saúde remeteu através da sua resposta ao pedido do Tribunal de elementos que tivessem indicadores sobre a evolução da pandemia em Cabo Verde. A partir de uma leitura dos mesmos, simplificando as etapas da evolução em trinta dias, nota-se, ao nível nacional, que de 17 de março de 2020, o dia anterior ao primeiro contágio, até ao dia 17 de abril de 2020, 59 pessoas foram infetadas em Cabo Verde; de 18 de abril a 17 de maio, mais 268; de 18 de maio a 17 de junho, mais 465; de 18 de junho a 17 de julho, mais 1148; de 18 de julho a 17 de agosto, mais 1263, e de 18 de agosto a 17 de setembro, mais 1879. Em relação ao epicentro da crise epidémica, a cidade da Praia, evoluiu de 4 entre 17 de março a 17 de abril; 257 de 18 de abril a 17 de maio; 304 de 18 de maio a 17 de junho; 539 de 18 de junho a 17 de julho; 841 de 18 de julho a 17 de agosto e 1141 entre 18 de agosto e 17 de setembro. Portanto, objetivamente, a possibilidade de um contato com o vírus é cada vez maior e atendendo que maior parte da população é aparentemente suscetível. Como, de resto, se conclui no principal estudo feito em Cabo Verde sobre a matéria de acordo com o qual “a maioria da população cabo-verdiana é seronegativa para a infeção pelo SARSCOV-2 (prevalência de 0.4%). Isso pode significar que ainda há muita população suscetível, podendo acontecer outras epidemias associadas ao novo coronavírus num futuro curto” (Inquérito Sero-Epidemiológico da Infecção por SarsCov2 em Cabo Verde, Praia, INSP, 2020, p. 24) e entende o Diretor Nacional de Saúde no seu texto Covid-19 em Cabo Verde – Balanço da Situação, sem data, mas referindo-se a dados recentes, quando diz essa conclusão acerca da prevalência indiciária “uma grande vulnerabilidade da população à infeção pelo SARS-CoV 2” (p. 3). Assim por ainda não ter desenvolvido anticorpos na maior parte da população e haver um número cada vez maior de contágios, a probabilidade de infeção é cada vez mais alta e com consequências potencialmente trágicas para indivíduos e famílias na medida em que

podem perder o seu bem mais precioso, a vida, como já aconteceu com quase meia centena de pessoas em Cabo Verde, sendo as consequências ainda imprevisíveis para os sobreviventes. A explicação dada oficialmente pelas autoridades sanitárias tem a ver com o desconfinamento, já que, na sua leitura técnica, houve uma fase de confinamento com números baixos e uma fase pós-confinamento com um incremento de casos. Na apreciação do Diretor Nacional de Saúde, “com o levantamento das medidas de emergência, a 31 de maio, a restituição do direito de circulação das pessoas, a sua deslocação, nomeadamente o retorno aos locais de origem, terá contribuído para o país assistir a um aumento de casos, (...)” (Artur Correia, Covid-19 em Cabo Verde – Balanço da Situação, p. 6). Como este é gradual, em princípio quanto mais se desconfinar, mais riscos se corre, os quais deveriam ser compensados com um aumento da capacidade de testar e isolar, de maior responsabilidade individual das pessoas no que toca à adoção de medidas de mitigação da propagação da pandemia e de incremento da eficácia do Estado em prevenir e sancionar os que infringem as regras jurídicas editadas a respeito. C – Claro está que o sistema constitucional de proteção de direitos não exonera o Estado de fazer tudo o estiver ao seu alcance para proteger a vida, a integridade física e psicológica e o direito à saúde de todos os cabo-verdianos, especialmente os que sejam mais vulneráveis, nomeadamente controlando a transmissão do vírus. E nem se trata de responsabilidade abstrata e geral que se ultrapassa com a frieza das estatísticas, mas concreta e individual, que não trata de dados abstratos e agregados, mas sim de casos individuais, de tal sorte que cada óbito tem um impacto concreto sobre o sistema de proteção de direitos e nunca pode ser mais um. Na medida em que cada pessoa possui a titularidade desses direitos tem posições jurídicas que impõe ao Estado a sua proteção sob pena de responsabilidade por violação de direitos, liberdades e garantias, a qual também cobre situações de omissão e de negligência, por força do artigo 16 da Constituição da República (...). Por isso, para se usar a expressão de um académico nacional, o Leviatã Crioulo (António Correia e Silva, “O Nascimento do Leviatã Crioulo. Esboço de uma Sociologia Política”, *Kultura. Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Número Especial, 2001, pp. 27-36), ainda que seja liberal e democrático, deve cumprir o seu dever de proteger a vida das pessoas nos limites do que a ciência o permita, evitando que todos, especialmente os mais vulneráveis, vivam com um medo permanente da morte num contexto paralelo a um estado de natureza hobbesiano (Thomas Hobbes, *Leviathan*, Student Edition, Richard Tuck (ed.), Cambridge, CUP, 1991, Part 1, cap. XIII) em que o homem transporta o vírus para outro homem”.

7. Como se pode verificar, de um ponto de vista acadêmico e até abstrato, elas têm no seu bojo problemas jurídicos relevantes de notório interesse. O problema que se coloca neste momento é o de se saber se não haverá razões que impedem o Tribunal de as analisar, indagação que remete para duas anomalias que decorrem do comportamento da recorrente e que afeta os efeitos jurídicos da apreciação concreta dessas questões pelo Tribunal Constitucional.

Isso porque a 23 de outubro a recorrente não só tomou conhecimento como adotou uma deliberação em que confrontou fática e juridicamente as questões subjacentes ao ato administrativo ora impugnado sustentando, respetivamente, que era “falsa” a imputação constante de que incorreu em violação do dever geral de colaboração em relação às eleições marcadas para o dia 25 de Outubro corrente e que usa para asseverar que *“a questão em nada tem a ver com tal violação do dever de colaboração, mas sim, exclusivamente, por razões que têm a ver com a sua própria natureza humanitária e não governamental, que impõe, o distanciamento dos seus órgãos, membros e instalações do processo eleitoral, (...)”*, e para fundamentar as razões da sua discordância jurídica com o entendimento adotado pela Comissão Nacional de Eleições. Porém, não tentou bloquear a conduta da entidade administrativa interpondo um recurso que pudesse ser apreciado antes da utilização efetiva das suas instalações o que se depreende da argumentação segundo a qual: *“[a] Cruz Vermelha é uma associação de utilidade pública, que prossegue fins altruístas e uma instituição integrada na figura das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa “especiais”, prossequindo fins de interesse público, tarefas públicas; É uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, que desenvolve atividade apoiada pelo Estado; De acordo com os Estatutos da CVCV, age de acordo com o ideário do Movimento da Cruz Vermelha Internacional, submetida aos princípios da humanidade, da imparcialidade, da neutralidade, da independência, do voluntariado, da unidade e universalidade (n.º 2 do art.º 7 dos Estatutos). Tem a perfeita consciência e conhecimento do dever de colaboração imposta pelo artigo 23º do Código Eleitoral, que impõe, a todos os cidadãos, partidos políticos, instituições e entidades públicas e privadas têm o dever de colaborar com a Comissão Nacional de Eleições função pública ou privada; Mas a verdade é que da expressão “instituições e entidades públicas e privadas têm o dever de colaborar com a Comissão Nacional de Eleições que resulta do normativo legal citado, não pode resultar um dever ilimitado, irracional, sem*

qualquer critério objetivo, que fica exclusivamente dependente do critério adotado pela CNE, sem qualquer fundamentação objetiva **que demonstre a imprescindibilidade da requisição às instalações da Cruz Vermelha**, instituição de caráter humanitária, em clara violação do artigo 139º do CE, **que dá preferência às escolas ou sedes de câmaras municipais para o funcionamento das Assembleias de voto**. Os deveres cívico-políticos, sujeitos é certo as regras da universalidade, não podem s[o]b[re]por-se às regras do princípio da necessidade e proporcionalidade, e devem ser entendidos que, em princípio - contemplando exceções - vinculam, todos os cidadãos, não podendo a lei fazer diferenciações ou conceder isenções que não sejam materialmente fundadas. Mas é fundamental perceber que o Direito Eleitoral não pode abdicar de certos princípios, da imparcialidade e neutralidade, e nem pode forçar a intervenção no processo eleitoral de uma instituição de cariz humanitária. Na verdade, é entendimento da Cruz Vermelha de CV, **que não se deve interpretar o direito em tiras**; não se interpretam textos normativos isoladamente, mas no seu todo, pelo que impunha a CNE, dar cumprimento, também, às limitações impostas pelo próprio Código Eleitoral, respeitando a natureza jurídica da Cruz Vermelha, que, naturalmente, não pode ser comparado com um cidadão, uma empresa pública ou privada. Efetivamente, sendo a Cruz Vermelha uma **associação de utilidade pública**, que integra na figura das pessoas coletivas de utilidade pública **administrativa** “especiais”, pode perfeitamente ser perfilhado o entendimento de que, as suas instalações, inserem no grupo de edifícios “que não podem ser requisitado, já que, reza o n.º 3 do artigo 139º (local de funcionamento) que “em caso algum será requisitado ou arrendado edifício que seja propriedade de ou esteja a ser ocupado por...autoridades administrativas”, assim como, que sendo uma associação, não está **vinculada ao Dever geral de Colaboração**, posto que, o texto do atual artigo 23º do CE, **supriu as associações do grupo das entidades que estão vinculadas ao dever geral de colaboração!** Assim, **entende, que pela sua natureza de** instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, submetida aos princípios da humanidade, da imparcialidade, da neutralidade, da independência, do voluntariado, da unidade e universalidade (n.º 2 do art.º 7 dos Estatutos), **DEVERIA, OS SEUS ÓRGÃOS E INSTALAÇÕES, SER AFASTADOS DE TODO E QUALQUER PROCESSO ELEITORAL**. No entanto, não obstante, reservar para si o seu direito de impugnação da Deliberação da CNE **n.º 100/Eleições Municipais/2020 da CNE**, não deixa de perceber o contexto complexo que é todo o processo eleitoral, bem como o timing da referida Deliberação (a dois dias da realização das eleições). E porque,

em nenhum momento foi (e nunca será) intenção sua contribuir para qualquer tipo de perturbação do processo organizativo eleitoral, muito menos ser um fator desestabilizador”. Por isso, decidi “pela conjuntura atual (e não pela razão), CONTRA O SEU ENTENDIMENTO: LEVANTAR a interdição de cedência de instalações e/ou equipamentos da Cruz Vermelha de Cabo Verde para fins eleitorais, conforme havia anteriormente decidido, a fim de permitir o normal desenrolar do processo eleitoral, reservando para si o direito de impugnar, judicialmente, a referida deliberação da CNE, já que entende, que põe em causa a sua natureza!”.

7.1. Perante tal pronunciamento, em primeiro lugar, não se pode deixar de registar que a recorrente, não obstante ter internamente adotado, através dos seus órgãos competentes, seguida de instruções dirigidas às suas estruturas locais, uma posição firme relativamente à cedência de espaços para instalações de assembleias eleitorais ancorada na interpretação da sua incompatibilidade com alguns dos seus princípios fundamentais da Cruz Vermelha, ao mesmo tempo recuou em relação à sua posição de fundo, permitindo que os seus imóveis fossem utilizados para essa finalidade. Parecendo algo inocente suscita a questão de se saber se ao assim proceder a recorrente não terá renunciado ao seu direito de suscitar judicialmente a questão. Não na perspetiva de o fazer permanentemente em relação a situações similares no futuro, mas em relação à requisição específica feita pela *Deliberação nº 100/Eleições Municipais/CNE* que se limita às eleições entretanto realizadas no passado dia 25 de outubro de 2020, que é o único ato que se impugna neste momento.

7.1.1. A resposta a esta questão não é fácil, pois, por um lado, nada impede que um titular de um direito proceda no sentido de autolimitar certas posições jurídicas a eles associados desde que o faça de forma voluntária, informada, temporária, proporcional e sem atingir o núcleo essencial do seu direito. O Tribunal já o tinha reconhecido, quando, no *Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 111, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, para. 5.5.1., sustentou que “Não que o Tribunal entenda que a renúncia, isto é, a autoafetação de direitos decorrente da livre expressão de vontade do próprio titular, a certas posições jurídicas dele irradiantes não seja constitucionalmente legítima, questão

que se podia colocar considerando que a Lei Fundamental não explicita um regime jurídico geral a respeito dessa figura da dogmática dos direitos fundamentais. Contudo, como se tem expressado sistematicamente, o nosso sistema não adota um modelo absolutista de proteção dos direitos, daí que as ideias de que seriam indisponíveis na sua extensão total não encontre guarida no sistema. Pelo contrário, ancorando-se no próprio direito geral à liberdade e no princípio da autonomia individual permite-se que os titulares de direitos de forma limitada possam prescindir de certas camadas de proteção dos seus direitos se isso for necessário para se concretizar finalidades legítimas relevantes, sobretudo individuais e ligadas ao livre desenvolvimento da personalidade. Porém, nestes casos estão limitadas ao preenchimento de determinadas condições complementares de legitimação, nomeadamente de que não atinjam o núcleo essencial do direito, que sejam proporcionais e que, em princípio, possam ser reversíveis- pelo menos até à execução do ato -, ao que, naturalmente, se acrescenta pressupostos implícitos de voluntariedade e de clara expressão de vontade. Se assim for, não haveria no sistema nada que impedisse os titulares respetivos de renunciar a um direito, produzindo-se assim o seu efeito de exclusão de qualquer ilicitude que, de modo contrário, emergiria não fosse esse consentimento de um ato perpetrado por terceiro – incluindo o Estado – em relação a si. Isto é relevante, mesmo nos casos em que pontualmente a renúncia é expressamente admitida do ponto de vista constitucional, ainda que seja com formulação negativa, como acontece amiúde em sede de garantias processuais penais associadas à liberdade sobre o corpo ou à privacidade, sendo exemplo disso a fórmula do número 2 do artigo 43, segundo a qual “Ninguém pode entrar no domicílio de qualquer pessoa ou nele fazer busca, revista ou apreensão contra a sua vontade (...)”, ou, alternativamente, com formulações positivas, de acordo com as quais “Não é permitida a entrada em domicílio de uma pessoa durante a noite, salvo: a) com o seu consentimento (...)” ou a construção do número 1 do artigo 45, nos termos do qual “É proibida a utilização dos meios informáticos para registo e tratamento de dados individuais identificáveis relativos às convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical salvo: a) mediante consentimento expresso do titular (...)”. Mas, mesmo quando isso acontece, essas possibilidades de renúncia claramente acolhidas pela Constituição devem conformar-se às condições de legitimação da própria figura, nomeadamente os requisitos de não-atingimento do núcleo essencial do direito e de serem estritamente proporcionais, como se poderá atestar individualmente quando se avaliar se houve ou não violação da garantia de inviolabilidade de domicílio, da garantia do segredo de correspondência e da garantia

do segredo de telecomunicações”, posição que repetiu no Parecer nº 1/2019, de 17 de abril, referente a fiscalização preventiva da constitucionalidade da norma constante do artigo 2.º do ato legislativo remetido pela Assembleia Nacional, para promulgação como Lei, na parte em que visa alterar o artigo 14.º da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 44, 18 de abril de 2019, pp. 763-789. Até porque, o próprio Código de Processo Civil dispõe no número 3 do artigo 590 que “não pode recorrer quem, expressa ou tacitamente, tiver aceitado a decisão depois de proferida, considerando-se aceitação tácita a ocorrência de qualquer facto inequivocamente incompatível com a vontade de concorrer”, sendo aplicável desde que compatível com o processo eleitoral e na medida em que compatível com a Lei Fundamental da República.

7.1.2. No entanto, por outro lado, o facto é que a situação concreta poderia colocar alguma dúvida sobre a legitimidade dessa renúncia, precisamente porque a voluntariedade do seu ato é muito discutível em razão da forma como a deliberação impugnada foi formulada, na medida em que marcada por notória musculação argumentativa ao registar que *“3. A desobediência à presente Requisição constitui crime de desobediência previsto e punível no artigo 356º, n.º 1 do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou multa de até 100 dias. 4. A CNE adverte expressamente aos funcionários, colaboradores ou dirigentes da Cruz Vermelha que qualquer medida com vista a impedir, com recurso a força, ameaça ou coação, o acesso dos Delegados da CNE e a reunião de assembleias de voto no dia 25 de Outubro, nas instalações pertencentes à Cruz Vermelha de Cabo Verde consubstancia um impedimento à realização de eleições de titulares de cargos públicos previsto e punido no art. 313º do Código Penal como crime público, com pena de prisão de 5 a 15 anos. 5. O exercício da função de membro de mesa de voto nas eleições constitui exercício de um direito político, pelo que, o impedimento ao seu livre exercício constitui crime previsto e punível no artigo 318º do CP, pelo que se remete a presente Deliberação, bem como, a Comunicação da Cruz Vermelha com a referência N/REF 59/SG/CVCV, 2020, de 15 de outubro, à Procuradoria da República junto à Comarca da Praia, com vista às averiguações e esclarecimentos que se impõem ao caso vertente. 6. Dar conhecimento [a] S. Exa., o Senhor Presidente da República, enquanto Presidente Honorário da Cruz Vermelha de Cabo Verde, por força do disposto no art. 3º do Estatuto da Cruz Vermelha, da presente Deliberação; 7. Dar igualmente conhecimento ao Procurador [...] Geral da República da presente Deliberação; 8. Comunicar aos Dirigentes Nacionais e aos Presidentes dos Conselhos Locais da Cruz Vermelha. 9. Solicitar colaboração da Polícia*

Nacional com vista a coadjuvar a CNE na concretização da presente Requisição, usando todos os meios legalmente admitidos para assegurar a reunião dos membros de mesas de votos nas instalações ou edifícios da Cruz [V]ermelha de Cabo Verde do dia 25 de outubro, em condições de segurança e sem perturbações”.

Claro está que, mesmo perante uma formulação com tal natureza, na medida em que estivesse em causa um direito, liberdade e garantia, sempre estaria disponível à recorrente o exercício do seu direito de resistência reconhecido constitucionalmente pelo artigo 19 da Constituição da República. Esta disposição prevê que é “*reconhecido a todos os cidadãos o direito de não obedecer a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias (...) quando não seja possível recorrer à autoridade pública*”. Tal direito foi considerado pelo Tribunal Constitucional que assentou através do Acórdão 8/2018, de 25 de abril, *Arlindo Teixeira v. STJ, sobre violação ao direito ao julgamento no mais curto espaço de tempo, de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo e do direito constitucional à legítima defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 25, 2 de maio de 2018, pp. 574-596, que “*a Constituição reconhece um direito de resistência de cada pessoa no sentido de recusar obediência a ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias, desde que esteja em situação em que se mostre inviável recorrer à autoridade pública a quem cabe garantir-lhe heteroproteção, se houver. Configura-se, assim, em norma legitimadora de comportamentos contrários ao conteúdo de determinação da autoridade pública que, sendo ilícita, lesa os seus direitos, os quais podem também ser exercidos coletivamente em jeito de desobediência civil sem que disso se possam extrair consequências sancionatórias, desde que o sejam de modo proporcional. Tal norma não se limita a explicitar um meio de proteção de direitos, liberdades e garantias, neste caso de autotutela de direitos, mas é, em si, também um direito, natureza que lhe é reconhecida pelo próprio legislador constituinte quando regista na disposição mencionada que “É reconhecido a todos os cidadãos o direito de não obedecer (...)”, com um registo que também indica-nos que não se trata de um direito qualquer, mas de verdadeiro direito, liberdade e garantia, pois só assim se justifica – muito lockianamente, diga-se – a linguagem do reconhecimento que remete para direitos, na sua essência, originários e intrínsecos à pessoa humana que o Estado se limita a explicitar e a conformar. 16. A sua completude é garantida pela primeira parte do preceito. Por conseguinte, o que consta da sua segunda parte é, na verdade, a enunciação de outro direito a si germano, mas diferente no seu foco. É o que se representa pelo segmento, em*

parte comum, em parte autónomo, conforme o qual “É reconhecido a todos os cidadãos o direito (...) de repelir pela força qualquer agressão ilícita, quando não seja possível recorrer à autoridade pública”. Portanto, à pessoa são reconhecidas posições jurídicas que lhe habilitam a agir no sentido de proteger os seus direitos, liberdades e garantias, nomeadamente vida, integridade pessoal, liberdades, privacidade e outros que estejam a ser ilicitamente afetados, independentemente da natureza e qualidade do seu autor. Naturalmente, está-se perante um meio de autotutela de direitos, mas também trata-se, na mesma linha daquilo que se registou a respeito do direito de resistência, de um verdadeiro direito subjetivo, que abarca posições jurídicas essenciais do ser humano com natureza de direito, liberdade e garantia, característica que, mais uma vez, resulta do próprio preceito e da indicação que o legislador constituinte transmite ao ancorar-se no segmento “É reconhecido a todos os cidadãos o direito de (...) repelir pela força qualquer agressão ilícita”, e com a linguagem liberal típica do reconhecimento que, em última instância, remete à teorização utilizada por John Locke. Sendo assim, a ele é aplicável o regime de direitos, liberdades e garantias previsto pela Constituição, nomeadamente quanto à possibilidade de ser formatado e de ser afetado nas operações típicas de harmonização com outros direitos e com interesses públicos relevantes. Isto além da sua afetação natural e primária, de carácter originário, promovida pelo legislador constituinte, quando a condiciona a situações em que não é possível recorrer à autoridade pública para se concretizar a normal heteroproteção de direitos que o Estado tem a obrigação de garantir. Mas, também significa que, enquanto tal, goza do regime especial de proteção que se reserva aos direitos, liberdades e garantias. Do qual decorre a possibilidade de sua tutela por meio de recurso de amparo que se materializa nesta ocasião. Além de propiciar a aplicação dos princípios do artigo 18º da Lei Fundamental que fazem parte desse regime, nomeadamente, o da aplicabilidade imediata, no sentido de que se projeta sobre o ordenamento jurídico sem a necessidade de interposição do legislador, e, sobretudo, os da vinculação de entidades públicas e de privadas, ainda que com intensidade diferente e mais constringente em relação às primeiras, atendendo à natureza primacialmente verticalizada (indivíduo-Estado) da relação jusfundamental. Seja como for, abrangendo também e de forma densa o poder judicial, como não podia deixar de ser e por motivos que serão explorados adiante” (para. 15). Naturalmente, disso decorre que havendo tempo hábil para recorrer com eficácia à autoridade pública, nomeadamente à autoridade pública judiciária competente, neste caso o Tribunal Constitucional – que só fez tardiamente por vontade própria – não haveria como legitimar o exercício de um direito à resistência,

ficando à mercê da aplicação das sanções arroladas pelo ato impugnado em caso de recalcitrância. Por conseguinte, muito dificilmente o comportamento da recorrente poderia ser concebido como uma renúncia que preenche o pressuposto da voluntariedade.

Acresce que é a própria recorrente que, não obstante, *“levantar a interdição de cedência de instalações e/ou equipamentos da Cruz Vermelha de Cabo Verde para fins eleitorais (...) a fim de permitir o normal desenrolar do processo eleitoral”*, deixou reservado *“para si o direito de impugnar, judicialmente, a referida deliberação da CNE, já que entende que põe em causa a sua natureza”*. Por conseguinte, por si só, o comportamento da recorrente não parece configurar uma renúncia que tivesse o efeito de obstar à impugnação do ato que reputa violar os seus direitos e interesses legítimos.

7.2. Todavia, podendo impugnar, apesar de não ter resistido materialmente à utilização das suas instalações, a questão decisiva é a de saber se haverá algum efeito útil de o Tribunal apreciar o recurso e responder às questões arroladas. Não obstante a recorrente ter tomado conhecimento da requisição desde 23 de outubro, portanto dois dias antes da realização das eleições municipais de 2020, somente deu entrada à sua peça impugnatória quando já elas se tinham realizado e, presume-se, as suas instalações utilizadas. Esse quadro fáctico impõe um dever de o Tribunal verificar se a apreciação dessas questões neste momento projetaria algum efeito palpável sobre uma situação que já se consumou há vários dias ou se, alternativamente, haveria qualquer outra razão de interesse público ou privado que justifique, ainda assim, a sua análise para que o Tribunal adote uma posição sobre questões que se podem reproduzir no futuro.

7.2.1. A primeira indagação é de resposta óbvia. Não há qualquer efeito útil que se possa projetar sobre a requisição de instalações da Cruz Vermelha de Cabo Verde para as eleições para a escolha de titulares de órgãos judiciais realizadas a 25 de outubro. Porque, independentemente do mérito das alegações, as instalações já foram utilizadas, mesmo contra a vontade expressa da recorrente. A argumentação vertida para a sua deliberação de 23 de outubro permite, é certo, compreender as razões que levaram à Cruz Vermelha de Cabo Verde a levantar a cedência das instalações. Porém, já não justifica a razão de não se ter recorrido imediatamente da decisão da Comissão Nacional de Eleições e que tenha deixado para reagir processualmente depois da utilização efetiva das suas instalações, o que sempre esvaziaria o recurso de qualquer objeto. Falindo o objeto não haveria qualquer

efeito útil que pudesse emergir de uma decisão da jurisdição eleitoral cabo-verdiana em relação a este recurso. Afinal, o que poderia fazer esta Corte, a exercer funções de órgão judicial recursal, a não ser uma declaração póstuma sobre a existência de uma posição jurídica derivada de um direito da recorrente, o de não ceder as suas instalações contra a sua vontade por isto ser alegadamente contrário aos seus princípios de neutralidade, independência e imparcialidade nas eleições municipais de 25 de outubro de 2020, que já não pode ser exercida?

7.2.2. A única razão lógica para se receber este pedido depois da consumação da suposta violação do direito da Cruz Vermelha de Cabo Verde, seria a sua pretensão de obter uma clarificação sobre a posição do Tribunal Constitucional a respeito de uma situação que entende poder vir a ser recorrente – atendendo precisamente a um dos fundamentos utilizados pela Comissão Nacional de Eleições que remetia a uma habitual requisição dessas instalações – para evitar que, no futuro, fosse confrontada com situações similares.

Legítimo, mas não deixaria de sujeitar o Tribunal Constitucional a comportar-se como um órgão emissor de um parecer ou, no limite, a aceitar uma impugnação preventiva, no sentido mais estrito da palavra, desprovida de ligação a um facto concreto e, sobretudo, a antecipar um entendimento baseado em elementos fácticos e de ponderação tão específicos que poderão não se reproduzir no futuro. Porque a questão não é só a de se saber se a Comissão Nacional de Eleições pode, em abstrato, requisitar imóveis da Cruz Vermelha para efeitos de funcionamento de assembleias de voto, mas sim, especificamente, se num contexto em que havendo prática de sua requisição sem qualquer oposição por parte da recorrente em vários ciclos eleitorais anteriores, em que, de acordo com os elementos probatórios carreados para os autos, a ora recorrente deixou para comunicar a sua nova orientação de não cedência do seu espaço em razão de preservação da sua imparcialidade e neutralidade meros dez dias antes das eleições e num contexto em que a administração eleitoral precisava de maior disponibilidade de espaços físicos para albergar assembleias de voto em razão do cenário de pandemia e de circulação comunitária do SarsCov 2 que causa a doença Covid19, se essa violação de materializa.

Como é evidente nada garante que esse cenário se replique ao ponto de tornar útil uma decisão em circunstâncias tão peculiares como esta. Precisamente porque, desde logo, é provável, mas não integralmente assegurado, que as próximas eleições se realizem em quadro de pandemia e com transmissão comunitária alta em todos os círculos eleitorais e

não é certo que a Cruz Vermelha, mantendo-se a sua intenção, não coloque a questão com maior antecedência à Comissão Nacional de Eleições ou que, em concreto, existam mais ou menos alternativas de instalações de outras entidades que possam ser utilizadas para os mesmos fins. Na verdade, em qualquer circunstância, o Tribunal deverá fazer uma análise caso a caso, de acordo com o contexto específico que caracteriza cada situação, ponderando todos esses elementos para poder tomar uma decisão, o que só poderá acontecer se, perante uma situação concreta e em tempo a habilitar uma decisão útil, a recorrente trazer esta questão ao Tribunal Constitucional, para que produza efeitos imediatos numa situação concreta.

Até seria de se admitir que essa decisão fosse útil para antecipar um problema recorrente que poderia emergir a qualquer momento. Portanto, mesmo que uma decisão anulatória do ato administrativo impugnado não tivesse qualquer utilidade nesta fase, seria de se ponderar se haveria alguma utilidade jurídica do prosseguimento da instância, nomeadamente associada à tutela antecipada dos direitos e interesses legítimos da recorrente. O problema é que os contornos deste caso são tão específicos, em larga medida em razão do comportamento da própria recorrente. Esta, mesmo tendo adotado entendimento contrário à sua prática anterior – que não contestou – de disponibilizar as suas instalações para funcionamento de assembleias eleitorais e sabendo – pelo menos desde agosto de 2020, como decorre da troca de correspondência entre o Assistente da CNE do Sal e a coordenadora da Cruz Vermelha na mesma ilha – que a administração eleitoral pretendia utilizá-las para as eleições municipais de 25 de outubro, deixou para comunicar o seu entendimento à Comissão Nacional de Eleições somente a 15 de outubro, num momento em que a possibilidade de haver qualquer reorganização seria mais difícil, particularmente considerando-se a necessidade de um número maior de instalações resultantes das medidas tomadas para adaptar o processo eleitoral à situação de pandemia que aflige o país e o Mundo. São elementos que não necessariamente se replicarão e que se fossem ponderados neste momento poderiam até ser contrários aos interesses da recorrente.

Esta, caso mantenha interesse em suscitar essas mesmas questões no quadro de um recurso eleitoral, deverá fazê-lo em circunstância que permitam ao Tribunal apreciar a questão e adotar uma decisão que seja útil para resolver o problema concreto e produzir

efeitos concretos no mundo vivido. No atual cenário qualquer decisão de fundo seria desprovida de qualquer utilidade.

III. Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Constitucional, reunido em Plenário, escusa-se de decidir as questões de fundo subjacentes ao recurso, declarando a inutilidade superveniente da lide.

Isento de custas por não serem devidas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 02 de novembro de 2020

Os Juízes Conselheiros

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 11 de novembro de 2020.

O Secretário,

João Borges